

Vigilância Sanitária pode fechar dez pizzarias

Fiscalização vistoriou 53 estabelecimentos, sendo que 90% precisaram realizar adequações num prazo de 30 dias



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

JORNAL DA CIDADE

ARACAJU, SÁBADO, 18 DE OUTUBRO DE 2014

Gabriele Frades
DA EQUIPE JC

O prazo de 30 dias para que as 48 pizzarias autuadas pela Vigilância Sanitária Municipal de Aracaju realizassem as melhorias requisitadas e conseguissem a licença sanitária para funcionamento acabou na sexta-feira, 17, mas nem todos os estabelecimentos cumpriram as exigências. De acordo com o coordenador da Vigilância Sanitária, Ávio Brito, 53 pizzarias da capital foram vis-

funcionamento, serão convocadas pelo Ministério Público Estadual (MPE) para apresentar esses documentos em 30 dias. Caso contrário, serão interditadas, pois ninguém pode trabalhar sem licença. As outras 10, que não fizeram nada, o MPE está ingressando com uma Ação Civil Pública (ACP) a pedido da vigilância sanitária e elas terão 15 dias para se readequarem, e outros 15 para conseguir a documentação ao juiz, ou sofrerão interdição e ficarão de portas fechadas até se adequarem”, explica Ávio.

O coordenador afirma que as ações são

torizadas entre os meses de agosto e setembro, sendo que 90% delas precisaram realizar adequações num prazo de 30 dias.

A maioria conseguiu cumprir o prazo, mas boa parte delas não emitiu a documentação necessária junto ao órgão para continuar funcionando normalmente. Outros 10 estabelecimentos não realizaram nenhuma das alterações requisitadas e por isso correm o risco de ter as portas fechadas.

“Os proprietários das pizzarias com documentação pendente, mesmo estando aptas ao

uma rotina no órgão e finalizadas as inspeções nas pizzarias, foram iniciados trabalhos de fiscalização nas panificadoras e buffets da capital. “Os buffets serão convocados futuramente para uma reunião no MPE com a vigilância para providenciar as documentações necessárias ao seu funcionamento e também receberão prazos e penalidades impostas pela vigilância em caso de descumprimento. Nosso objetivo é oferecer à população o acesso a produtos e serviços de qualidade e que atendam as normas de higiene”, finaliza.